



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 19/2013

Disponibilização: 23 de setembro de 2013

Período abrangido: 09 a 20 de setembro de 2013

ÍNDICE TEMÁTICO

1. ATIVIDADE PARLAMENTAR

2. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

4. COMÉRCIO

5. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

6. CULTURA

7. EDUCAÇÃO

8. EMPREGO

9. EMPRESAS

- **EMPRESAS PÚBLICAS**

10. ENERGIA

11. FINANÇAS

- **BANCA/ INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**
- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

12. HABITAÇÃO

13. JUSTIÇA



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



14. SAÚDE

15. SEGURANÇA SOCIAL



1. ATIVIDADE PARLAMENTAR

Declaração n.º 7/2013, de 16 de setembro

(Assembleia da República)

Publicita a conta de gerência da Assembleia da República referente ao ano de 2012.

2. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

(Assembleia da República)

Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Parecer n.º 2/2013, de 13 de setembro

(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Esclarece o alcance do regime decorrente do artigo 1.º e do n.º 3 do artigo 2.º, da Lei n.º 15/2006, de 26 de abril, para efeitos de reposicionamento remuneratório do trabalhador da Administração Pública, com efeitos retroativos aos anos de 2004 e 2005.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 474/2013, de 17 de setembro

(Tribunal Constitucional)

Pronuncia-se pela inconstitucionalidade da norma constante do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto n.º 177/XII (regime de requalificação de trabalhadores em funções públicas), enquanto conjugada com a segunda, terceira e quarta partes do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do mesmo diploma; pronuncia-se pela inconstitucionalidade da norma constante do n.º 1 do artigo 4.º, bem como da norma prevista na alínea b) do artigo 47.º do mesmo Decreto n.º 177/XII, na parte em que revoga o n.º 4 do artigo 88.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e na medida em que impõem, conjugadamente, a aplicação do n.º 2 do artigo 4.º do mesmo Decreto aos trabalhadores em funções públicas com nomeação definitiva ao tempo da entrada em vigor daquela lei.

4. COMÉRCIO

Decreto-Lei n.º 130/2013, de 10 de setembro

(Ministério da Economia)

Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 305/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2011, que estabelece condições harmonizadas para a comercialização dos produtos de construção e que revoga a Diretiva 89/106/CEE do Conselho, de 21 de dezembro de 1988.



5. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

Aviso n.º 11432/2013 de 12 setembro

(Ministério da Economia e do Emprego - Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.)

Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2013, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o art. 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 06 de janeiro.

6. CULTURA

Decreto-Lei n.º 132/2013, de 13 de setembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece o regime de constituição e funcionamento do Conselho Nacional de Cultura e das suas secções especializadas.

7. EDUCAÇÃO

Despacho n.º 11838-A/2013, de 11 de setembro

(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Ministro)

Valoriza a aprendizagem do Inglês determinando a realização de provas de avaliação diagnóstica, a nível nacional, de carácter obrigatório, dos conhecimentos e capacidades de proficiência linguística, de acordo com os níveis definidos pelo Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR), no âmbito dos estabelecimentos do ensino público, particular e cooperativo.

Despacho n.º 11861/2013, de 12 de setembro

(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar)

Publicita as medidas de ação social escolar a aplicar no ano escolar 2013-2014.

Despacho n.º 12054/2013 de 19 de setembro

(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Ministro)

Determina o apoio financeiro aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, para aquisição de material didático, no ano letivo de 2013-2014.



8. EMPREGO

Decreto-Lei n.º 131/2013 de 11 de setembro

(Ministério da Economia)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de outubro, alargando a entidades de natureza pública alguns dos apoios para o desenvolvimento das políticas de emprego e apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidade.

Portaria n.º 286-A/2013 de 16 de setembro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Cria a medida Incentivo Emprego.

9. EMPRESAS

- **EMPRESAS PÚBLICAS**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2013 de 20 de setembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Concretiza o valor unitário das ações integradas no lote reservado a trabalhadores da ANA - Aeroportos de Portugal, S.A., nos termos do n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2012, de 7 de dezembro, e determina o período da oferta pública de venda e demais formalidades

10. ENERGIA

Portaria n.º 288/2013 de 20 de setembro

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Estabelece o procedimento de elaboração do estudo sobre os impactos de medidas e eventos extramercado registados no âmbito da União Europeia e os seus efeitos redistributivos nas diversas rubricas de proveitos que influem nas tarifas de energia elétrica, e o mecanismo de repartição dos custos de interesse económico geral a suportar pelos produtores de energia em regime ordinário e outros produtores não enquadrados no regime de remuneração garantida.

Diretiva n.º 16/2013 de 20 de setembro

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Delibera a operacionalização da isenção do pagamento da contribuição audiovisual no âmbito do processo de mudança de comercializador.



11. FINANÇAS

- **BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Aviso n.º 11240/2013, de 09 de setembro

(Banco de Portugal)

Publicita a entrada em circulação da moeda de coleção de (euro) 5, alusiva à «Peça 1833 - Degolada, de D. Maria II».

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

Aviso n.º 11617/2013 de 17 de setembro

(Ministério das Finanças - Direção-Geral do Tesouro e Finanças)

Publicita a taxa supletiva de juros moratórios relativos a créditos de empresas em vigor no 2.º semestre de 2013.

- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

Despacho n.º 11858/2013, de 12 de setembro

(Ministério da Administração Interna - Gabinete do Ministro)

Determina a distribuição de verba proveniente do Fundo de Garantia Automóvel à Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e à Guarda Nacional Republicana, a título de cofinanciamento do seminário internacional «Segurança Rodoviária - Situação Atual e Perspetivas Futuras» e para a realização da campanha de segurança rodoviária «Regresso às Aulas 2013».

Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2013 de 16 de setembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Reconhece as condições excecionais dos incêndios ocorridos na Serra do Caramulo e em Picões, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 99.º e 100.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013).

12. HABITAÇÃO

Aviso n.º 11753/2013 de 20 de setembro

(Presidência do Conselho de Ministros - Instituto Nacional de Estatística, I. P.)

Torna público o coeficiente de atualização anual de renda dos diversos tipos de arrendamento para vigorar no ano civil de 2014.



13. JUSTIÇA

Deliberação (extrato) n.º 1692/2013, de 09 de setembro

(Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais)

Torna Público o Regulamento das Inspeções Judiciais do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Parecer n.º 2/2013, de 13 de setembro

(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Esclarece o alcance do regime decorrente do artigo 1.º e do n.º 3 do artigo 2.º, da Lei n.º 15/2006, de 26 de abril, para efeitos de reposicionamento remuneratório do trabalhador da Administração Pública, com efeitos retroativos aos anos de 2004 e 2005.

Parecer n.º 11/2013, de 16 de setembro

(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Emite Parecer sobre a responsabilidade das pessoas coletivas em sede de direito contraordenacional.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 474/2013, de 17 de setembro

(Tribunal Constitucional)

Pronuncia-se pela inconstitucionalidade da norma constante do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto n.º 177/XII (regime de requalificação de trabalhadores em funções públicas), enquanto conjugada com a segunda, terceira e quarta partes do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do mesmo diploma; pronuncia-se pela inconstitucionalidade da norma constante do n.º 1 do artigo 4.º, bem como da norma prevista na alínea b) do artigo 47.º do mesmo Decreto n.º 177/XII, na parte em que revoga o n.º 4 do artigo 88.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e na medida em que impõem, conjugadamente, a aplicação do n.º 2 do artigo 4.º do mesmo Decreto aos trabalhadores em funções públicas com nomeação definitiva ao tempo da entrada em vigor daquela lei.

14. SAÚDE

Despacho n.º 11977/2013 de 17 de setembro

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece disposições no âmbito dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), referente aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA), que determinam as condições de fornecimento de Antissépticos, Desinfetantes e Outros.



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



15. SEGURANÇA SOCIAL

Despacho n.º 11909/2013 de 13 de setembro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social)

Determina o conjunto do segundo grupo de territórios abrangidos pelo Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social+.

Portaria n.º 287/2013 de 19 de setembro

(Ministérios da Justiça e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Concede à organização Nederlandse Adoptie Stichting autorização para exercer em Portugal a atividade mediadora em matéria de adoção internacional.